

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal

Class.: 22

Data: 12/09/80

Pg.: _____

Delegado da Funai acaba com a ponte que leva à reserva Tembé



O LIBERAL 12/09/80

Casas queimadas. Os índios negam o incêndio e o atribuem a posseiros.

Para evitar episódios similares ao da Fazenda Espadilha, em São Felix do Xingu, o delegado regional da Funai, Paulo Cezar de Abreu tornou inservível para veículos a ponte sobre o rio Tauari, na localidade de Pau 'D'Arco, Município de Ourém. A ponte foi construída no início de 75, pelo fazendeiro Samuel Meger e é o único meio de acesso à Fazenda "Irmãos Coragem" de sua propriedade.

O anúncio foi feito ontem à tarde pelo próprio delegado, em entrevista coletiva à imprensa. Ele antes fez um relato da situação, dizendo que 9 índios, inicialmente, queimaram as duas extremidades da ponte, no dia 02, a população de Pau do Remo apagou o fogo. Também teria sido essa mesma população que, mais tarde, atearia fogo na guarita da Funai e alojamento dos policiais a serviço da Funai, em três casas de propriedade de Samuel Meger, onde, em uma delas, funcionava uma espécie de armazém.

O delegado não afirma esses últimos fatos "eu não estava lá, não vi logo não posso afirmar, mas os índios alegam que foi gente da fazenda que queimou as casas e a guarita". No dia 09, inicialmente, Paulo Cezar tirou uma das peças mestras da ponte. No dia seguinte, um grupo de trabalhadores da "Irmãos Coragem", já ia começar a recuperação, quando ele chegou, juntamente com dois agentes da Polícia Federal. Com uma moto serra do próprio Meger serrou os pilares centrais e tocou fogo nas extremidades: "não sei se tocou fogo em toda ela, porque não assisti até o final, mas deve ter queimado toda", frisou.

BRASÍLIA NÃO GOSTOU

O fato foi logo comunicado ao presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga e para assessores diretos da presidência do órgão que não gostaram muito da idéia, já que pelo menos em tese, é ilegal. Paulo argumenta que "posso até ser preso, posso receber então, uma punição administrativa, com um pedido para que ponha o cargo à disposição, etc. mas essa foi a única saída que vislumbrei após analisar a questão "in loco". Não quero ver jamais a cena que presenciei no caso dos Gorotire. Tenho quatro filhos e não tenho mais estômago para ver o quadro que vi em São Felix do Xingu". Seus olhos ameaçam lagrimar e ele se deixou ficar com a cabeça baixa.

Do ponto de vista dos 285 índios Tembés que atualmente ocupam a Reserva Indígena do Alto rio Guamá, há para o delegado da Funai "um voto de confiança que agora o índio dá à Funai. Eu não pedi prazo para eles e nem prometi nada no que se refere à questão do reassentamento das mais de 400 famílias de colonos que estão na área da reserva (cerca de 2.200 pessoas), pois isso não depende da Funai, nem o órgão dispõe de recursos suficientes para isso".

AMIZADES INFLUENTES

Em termos concretos, há duas ações na justiça federal: uma de reintegração de posse de uma extensão de terra indígena calculada em 18,5 quilômetros por 2,5 a 4,5 de largura), da qual Meger já teria perdido o prazo da fase de contestação e o procurador geral da República dr. Paulo Meira teria dado parecer favorável à Funai considerando que embora a terra esteja em posse dos índios é, antes de mais nada, patrimônio da União. O processo data de 22 de junho de 77, e leva o número 16.272.

A segunda ação seria de interdição da estrada que leva à fazenda "Irmãos Coaragem", com 14,5 quilômetros de extensão. Sobre a estrada há alguns fatos novos. A construção foi

iniciada por Meger em 75, sem autorização da Funai. Em julho desse mesmo ano, a obra que já estava concluída em cerca de 50%, foi interdita. O fazendeiro, através de amizades influentes e políticos conseguiu junto à presidência da Funai, àquela altura, a assinatura de um acordo, que possibilitou a continuação da obra.

O acordo, número 005, de 15 de novembro de 75, previa em suas cláusulas que na entrada da estrada, às proximidades da localidade de Pau do Remo (na cabeça da ponte) seria construída uma guarita para vigilância permanente, evitando-se a penetração de posseiros. Segundo Paulo Cezar, ela foi o "corredor da invasão". Previa, também a construção de uma porteira e a colocação de uma placa indicativa de que ali era uma reserva indígena.

Pelo acordo, Meger estaria obrigado, ainda, a construir uma estrada vicinal ligando a aldeia Tembés, à estrada principal, para que os índios pudessem exercer fiscalização; e, finalmente para que o fazendeiro estaria obrigado formalmente a comprar a produção agrícola indígena (que hoje é diferente da produção apenas para o consumo dos membros da comunidade), e repassar a eles sementes.

As três últimas cláusulas do acordo não foram cumpridas e, no princípio de 79, numa campanha engrossada por representantes das Polícias Federal e Militar, a chamada "Operação Guamá", o protocolo seria revogado pela Funai, que logo depois constatou o "esbulho" perpetrado pelos colonos e pelo fazendeiro em uma área de 19 quilômetros de extensão por 4 de largura.

Após a assinatura do acordo, entretanto, a Copagro, no governo do atual senador Aloysio Chaves, foi incumbida de construir 50% restantes que faltavam. O serviço foi orçado em 180 mil cruzeiros sem contar com as pontes. A ponte, agora foi queimada, custou 25 mil cruzeiros só de mão de obra, e o material (madeira de lei) foi retirado da própria reserva indígena. A faixa que Meger tomou dos índios é de aproximadamente 5 mil hectares.

ONDE ESTARIA A SOLUÇÃO?
 Ainda tenso e visivelmente abatido após mais de 18 dias de viagem pelas aldeias Gorotire, Xikrin e Tembés, Paulo César acha que a solução estaria na formação de um Grupo de Trabalho com integrantes da Funai, Incra, Ministério do Interior e demais organismos envolvidos com problemas relacionados a índios-possesores - agricultura, saúde, etc.

Caso houvesse essa integração, cre que o máximo até dezembro as famílias estariam reassentadas em uma outra área, possivelmente destinada pelo Incra, a quem compete o problema, e seria um espécie de "mutirão", isso sem se falar no problema do

fazendeiro, já que esse seria solucionado através da Justiça Federal. Para o delegado "há uma trégua na área. A única briga que agora passará a existir é entre Samuel Meger e a Funai, na minha pessoa. Não sou irresponsável e fiz a coisa na maneira mais consciente possível. Acho que a única pessoa que condenará o meu ato será o próprio sr. Meger, e peço ao sr. juiz, com a devida vênia, que não me culpe pelo meu ato que foi pequeno diante do que poderia acontecer no futuro".

Em termos práticos, ele pedirá ao juiz que acelere a interdição da estrada, bem como o reassentamento das famílias de colonos, junto ao Incra, pleito que fora formulado já algumas vezes, contudo sem providências de ordem mais urgente. Ao lado disso, ele próprio à Polícia Federal que encaminhe o mais breve possível uma campanha de desarmamento no interior. "A violência urbana está chegando na selva", diz ele, que pretende liberar apenas armas de caça, indispensáveis numa região como a Amazônia. "Acabarão, assim, com esse negócio de todo mundo andar com revólveres 38 e 32 na cintura", acrescenta.

O grande problema da Funai, no entanto, são os recursos financeiros, materiais e humanos. Contou o delegado que convive com uma defasagem de aproximadamente 100 funcionários. Embora a previsão do efetivo seja para 312 servidores, ele dispõe apenas de 212. A Delegacia Regional da Funai só possui um avião, que a cada 100 horas de voo precisa se levado para revisão. Logo, pelas contas de Paulo César, a aeronave só está a disposição durante 19 dias por mês. O problema é só local, porque a Fundação, como um todo, conta com 4 aviões para servir as 13 Delegacias espalhadas pelo país.

Os recursos financeiros também estão muito aquém das necessidades e o delegado informou que o dinheiro que será destinado ao pagamento do aluguel da aeronave de uma empresa particular utilizada nos últimos dias fará falta, por exemplo, na aquisição de remédios, alimentos, e outros itens de alto valor dentro da delegacia.



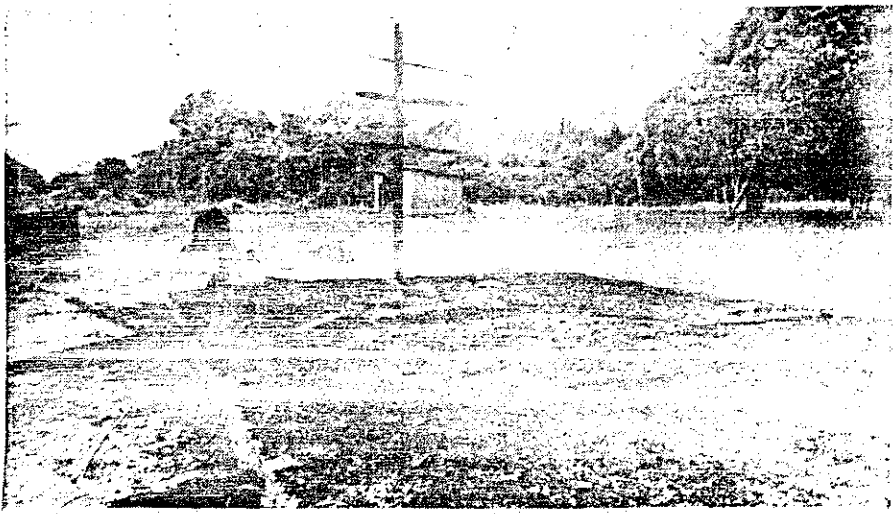
O delegado da Funai, na entrevista coletiva.

NAO FARIAM NA FRENTE

Do problema da falta de variados tipos de recursos ele extrapola para a questão Gorotire, e diz que é um exemplo claro de falta de gente da Funai na área. Afirma categoricamente que "na nossa frente eles jamais fariam aquilo (refere-se à morte de 20 pessoas na Fazenda Espadilha), porque de qualquer maneira iríamos na frente e contornaríamos a situação, como já ocorreu em outras áreas".

No caso dos Tembés, segundo ele a solução encontrada foi drástica, "mas tomei uma atitude que irá ferir apenas uma pessoa, (no fazendeiro Samuel Meger), e não uma comunidade inteira."

Sobre a situação dos posseiros, diz que eles, no momento não serão prejudicados porque o escoamento da produção que fazem dispensa uma estrada e uma ponte nas características da que foi queimada. Num segundo momento, sim eles seriam prejudicados, porque já tomaram a terra. Mas, de qualquer modo, através da conjugação de esforços de vários órgãos, os problemas seriam minimizados". Mas se couber única e exclusivamente à Funai o reassentamento das famílias, o prazo e os problemas, face à sua própria carência de recursos, seriam aumentados. Pelo que se sabe, até às 18:00 horas de ontem, o fazendeiro Samuel Meger não havia entrado com nenhuma ação na Justiça Federal contra Paulo Cesar.



A guarita da Funai também foi incendiada, mês passado.

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: 10 Luleral

Class.: 74

Data: 12/09/80

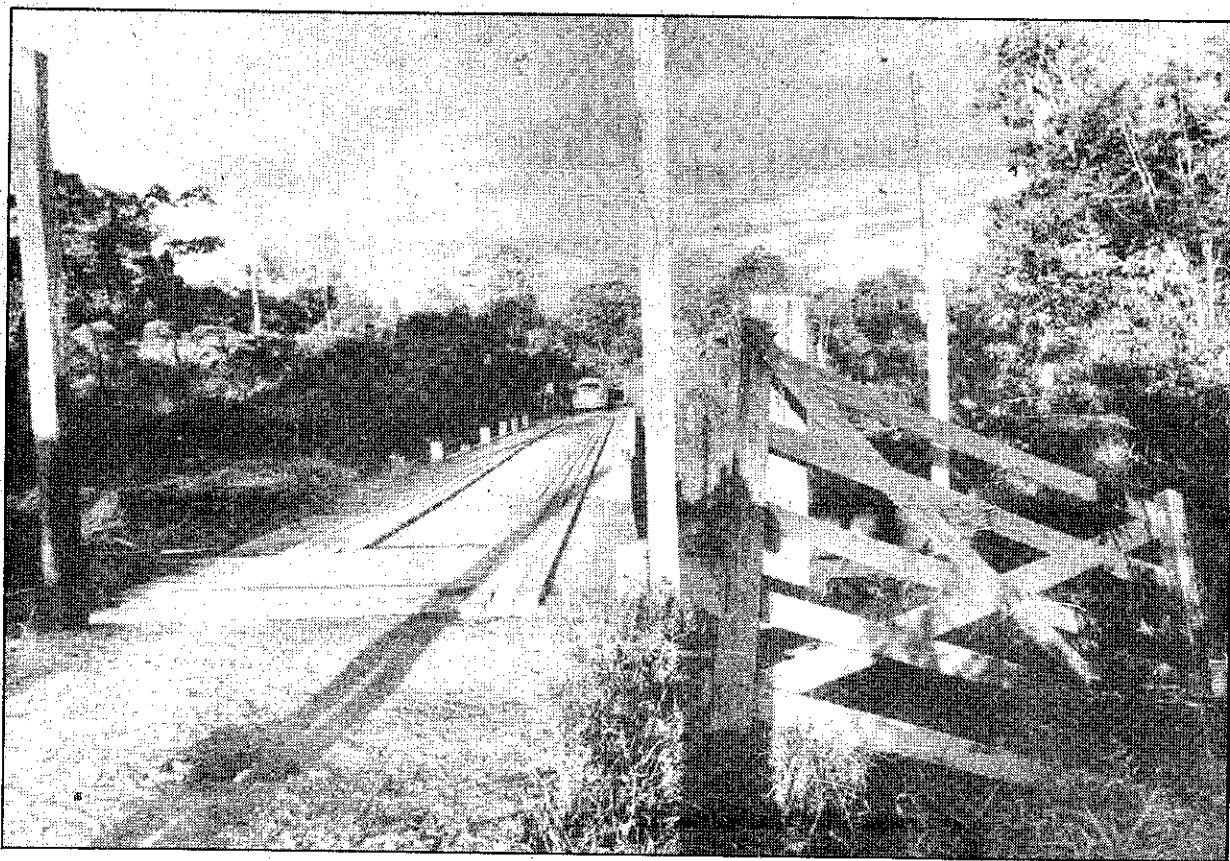
Pg.: _____

Delegado da Funai queima ponte na reserva Tembés

O delegado da Funai, Paulo Cezar Araújo, incendiou as cabeceiras da ponte sobre o rio Tauari, impedindo o acesso de veículos à reserva dos Tembés, onde a situação é crítica entre posseiros, índios, e o fazendeiro Meger Kabacknicz. Ele primeiro havia serrado os pilares da ponte mas, como peões do fazendeiro se apresentassem em recuperá-la, decidiu queimá-la. Disse o delegado à imprensa que não preten-

dia ver novamente o espetáculo que presenciou na reserva Gorotire, e que, embora a direção da Funai não tenha gostado da medida, foi a única forma que encontrou para contornar o problema. Por seu turno, antropólogos trazem depoimentos gravados de Tembés: eles contam que o desmatamento prossegue acelerado dentro da reserva, a tal ponto que, de suas casas, ouvem o ruído das serras elétricas. Confir-

mam ter queimado a ponte, em dias do mês passado, mas negam outros danos — casas queimadas — atribuindo-os aos posseiros da região, da vila de Pau do Remo. A reserva dos Tembés já perdeu, para fazendeiros e posseiros, uma faixa de 9 quilômetros de largura por 14 de comprimento, em terras, e a questão se arrasta na Justiça, já contando a Funai com parecer favorável da Procuradoria da República. (Pag.23)



A ponte fora queimada, e depois, restaurada. Agora, foi incendiada pelo delegado da Funai.